

CLIPPING IMPRESSO

21/11/2021



INDICE

| | |
|--------------------------|-------|
| 1. DECISÕES | |
| 1.1. JORNAL PEQUENO..... | 1 |
| 2. DESEMBARGADOR | |
| 2.1. JORNAL PEQUENO..... | 2 - 4 |
| 3. INSTITUCIONAL | |
| 3.1. JORNAL PEQUENO..... | 5 - 6 |
| 4. PRESIDÊNCIA | |
| 4.1. JORNAL PEQUENO..... | 7 |



PETINHADAS

*** Rapaz, os deputados Wellington e Rafael Leitoa, líder do governo, andaram ‘se estranhando’, essa semana, no plenário do Poder Rangedor!!! Tudo por conta da greve dos servidores do Detran, que acabou ‘barrada’ pela Justiça depois de uma medida da Procuradoria Geral do Estado (PGE)!!! “Fiz pronunciamento em defesa dos servidores públicos do DETRAN, que estão no 2º dia de greve e não têm diálogo por parte do governo. Eles reivindicam reajuste salarial e nós já fizemos várias denúncias da atual gestão do Detran, como nepotismo, contratos irregulares e corrupção. Eu defendo os trabalhadores e a população do Maranhão, mas Rafael Leitoa defende apenas o governador Flávio Dino, e, o pior de tudo, sem argumentos”, bradou Wellington!!!

Leitoa, por sua vez, destacou a decisão judicial que declarou a ilegalidade da greve promovida pelo Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (SINSDETRAN/MA)!!! “Não estamos dizendo que a reivindicação é ilegítima, mas, sim, que há um impedimento legal”, ressaltou o líder do governo, lembrando que o Brasil passa por momentos difíceis devido à pandemia de Covid-19 e que os governos estaduais, municipais e federal estão impedidos de conceder reajustes aos servidores!!! Menos mal que os dois parlamentares se ativeram ao debate, mesmo ríspido, mas não partiram para aqueles conhecidos ‘arranca-rabos’ que tanta vergonha já causaram no nosso parlamento estadual!!!



Bom Dia Sociedade

Nossa conversa de todos os Domingos



Orquídea Santos

orquideafsantos@yahoo.com.br



Parabenizamos o desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Vicente de Paula que foi eleito, por unanimidade, vice-presidente do TJMA no período de 17 de novembro de 2021 a 29 de abril de 2022. Na foto com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten e o presidente do Tribunal, desembargador Lourival Serejo. Foto de Ribamar Pinheiro



PETINHADAS

*** Falar em evento, não com ares de festejo, mas também muito bom foi o III Encontro das Academias de Letras do Brasil, realizado no Palácio Cristo Rei, no Largo dos Amores, uma das mais belas vistas de São Luís!!! Teve até a presença do ex-presidente do Flamengo Cleber Leite e do ex-senador Hugo Napoleão, além de dezenas de pessoas ligadas às letras do Maranhão e de outros estados; deputados estaduais, federais, desembargador, juiz, promotores, reitor, presidentes de Academias de Letras e uma gama de escritores, todos homenageados!!! Foram concedidas várias comendas e títulos pela Federação dos Acadêmicos das Ciências, Letras e Artes do Brasil, entidade sediada no Rio de Janeiro!!! O III Encontro Nacional foi coordenado pelo acadêmico e turismólogo Antônio Norberto, inspetor da Polícia Rodoviária

Federal (PRF) e ex-presidente da Academia Ludovicense de Letras, que deu um verdadeiro show de recepção e organização!!! Foram também concedidas medalhas Gonçalves Dias e Dom João VI, títulos de condessa, comendador e de Cavaleiro da Ordem dos Godos do Oriente, com direito a ritual com empunhadura de espada e tudo mais!!! O príncipe Dom Alexandre de Carvalho, presidente da Federação dos Acadêmicos, aproveitou o momento para parabenizar São Luís por ser a cidade do Brasil que mais preserva o casario colonial!!! Ele fez a entrega do título de Defensor do patrimônio cultural!!! Pois é... o Maranhão saiu muito bem na foto, e a capital maranhense deu show de organização e preservação do legado histórico!!! O IV Encontro, em 2022, será em Araguaína, no Tocantins..., e já tem muita gente disposta a ir em caravanas!!!

Caxias em Off

Jotônio Vianna



Política, Cultura & Variedades / off10@uol.com.br

Processo

Ainda repercute em Caxias o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) no qual é julgado o juiz Sidarta Gautama, da 1ª Vara de Caxias...

Suspense

...Depois de muito suspense na semana, porém, o mesmo foi retirado de pauta do plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão pela própria desembargadora-relatora do caso, Graça Duarte, que alegou problemas pessoais médicos que a impediam de dar andamento à ação.



Elineusa Rodrigues

Jornalista (DRT-123) e Educadora. Graduada em Letras/Inglês pela FAMA, pós-graduação em Didática Universitária/pós-graduação em Literatura Infante Juvenil pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Qual é a função de uma CPI?

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são uma das formas de o Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora. São criadas por ato do Presidente da casa parlamentar, em suas três esferas de poder (Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal) para apurar fato determinado, mediante requerimento de pelo menos um terço dos parlamentares. A CPI não julga e nem tem competência de punição, mas tem poderes para arruinar a carreira ou projetar o cidadão nela envolvido.

Vamos abordar aqui apenas 4 CPIs, em seus três níveis, para que os amigos leitores tirem suas conclusões com os respectivos resultados. Em 1993, eclodiu o escândalo dos chamados “Anões do Orçamento” no Congresso Nacional. O termo anões se justificava em função da pequena estatura dos deputados federais envolvidos numa trama que desviou, na época, algo em torno de R\$ 100 milhões do Orçamento da União.

Cid Carvalho, uma das estrelas da política do Maranhão na época, e um dos líderes do PMDB local, estava atolado até o pescoço. Usando de

artifício possível no período, renunciou ao mandato para não perder os direitos políticos. Mas sua carreira foi encerrada ali. Não voltaria mais ao Parlamento. Já é falecido. Vários parlamentares foram punidos com a cassação do mandato, incluindo o então presidente da Câmara Federal, Ibsen Pinheiro, acusado de ser um dos beneficiários do esquema.

Anos depois, ficou constatado que Ibsen era inocente como uma criança na história. O deputado baiano João Alves de Almeida (falecido em 2004), suposto chefe do esquema, que lavava o dinheiro comprando cartões de loteria e Genebaldo Correa, líder do PMDB da Bahia foram os outros que tiveram os mandatos cassados. Cinematográfica como uma noite da premiação do Oscar em Hollywood, acabamos de ver o encerramento da CPI do Covid, comandada por dois notórios políticos desonestos, o senador amazonense Omar Aziz e o seu colega alagoano Renan Calheiros. Começou com a maior credibilidade junto à população e terminou num redundante fracasso. Os dois aproveitaram os holofotes para fortalecer sua oposição ao governo, punir adversários em seus estados e

se projetarem politicamente. No final, acabaram brigando por conta do resultado do relatório e o povo entendeu o que estava se passando. Resta agora, esperar o que dirão o Ministério Público e a Justiça. Em 1999, São Luís viveu momentos de euforia, com a CPI do Crime Organizado, proposta pelo então deputado petista Jomar Fernandes, para apurar o assassinato do deputado Stênio Mendonça, que foi executado em 25 de maio de 1997 na Litorânea e tentar pôr fim à avalanche de execuções por pistolagem e roubo de cargas no Estado. A Assembleia Legislativa era sediada na rua do Egito. Montaram telão na frente, onde o povo se aglomerava para se manifestar com euforia, a cada depoente que saía algemado rumo a um camburão ali postado. Foram 53 indiciados, entre os deputados Zé Gerardo, Hemetério Webá e Chico Caíca, além de empresários e policiais civis, incluindo o casal Luís Moura e IlceGabina e outros delegados. As investigações foram conduzidas pelo então secretário de Segurança, Raimundo Cutrim. Zé Gerardo foi cassado pelo acúmulo de falta ao trabalho e Chico Caíca, por falta de decoro.

Anos depois, Zé Gerardo, Luís Moura e IlceGabina foram inocentados e receberam milionárias indenizações do Estado. Dinheiro do contribuinte. Eles erram e nós pagamos. Raimundo Cutrim aproveitou a notoriedade e acabou sendo eleito e reeleito deputado estadual. Perdeu nas últimas eleições.

Na esfera municipal, fala-se muito agora, na CPI do Transporte Coletivo, proposta pelos vereadores Chico Carvalho e Marquinho. Cada um com um pedido independente. Em 1994, a Câmara era dirigida por João Evangelista, quando foi instalada, a pedido do vereador João Melo e Sousa Bentivi, a CPI da Saúde, para apurar desvio de recursos do setor, na administração de Jackson Lago.

A Comissão Parlamentar de Inquérito teve início, meio e fim, com um volumoso relatório. Só não teve foi qualquer resultado prático. Ministério Público e o Judiciário, para onde a peça foi enviada, jamais se manifestaram a respeito das investigações e ninguém foi indiciado. Geralmente assim é quer terminam as CPIs.



ZÉ CARLOS

DEPUTADO FEDERAL

Um ato desumano e cruel contra os mais pobres

No último mês de agosto, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) tornou público um estudo intitulado “2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil”.

Com dados relativos aos anos de 2019 e 2020, esse Mapa nos mostra uma triste realidade quanto à dificuldade de acesso à Justiça pelas pessoas mais pobres do país. Eis algumas das informações trazidas pelo referido Mapa das Defensorias: 1) Das 2.762 comarcas do país, 1600 (58%) não contam com atendimento feito por defensores públicos. Em razão disso, os moradores mais pobres dessas 1600 comarcas, cerca de 58 milhões de pessoas, são praticamente impedidos de acesso à Justiça em razão de não poderem pagar um advogado.

2) Em vários estados brasileiros, 70% ou mais das comarcas não são atendidas pela Defensoria Pública. Ceará,

Bahia, Sergipe, São Paulo, Paraná e Goiás são exemplos desses estados.

3) São cerca de 6 mil os defensores públicos no Brasil, responsáveis pelo atendimento de toda a população necessitada dos serviços jurídicos que são prestados de forma gratuita. O mesmo estudo revela, no entanto, que o número mínimo de defensores públicos necessário para que a população carente não fique desassistida deveria ser algo em torno de 11 mil.

Apesar dessa triste realidade, meus amigos e minhas amigas, o STF começou a julgar, na sexta-feira da semana passada (12/11), uma Ação que, se for acatada por aquele tribunal, só trará mais dor de cabeça para milhões de brasileiros pobres que dependem do valoroso trabalho da Defensoria Pública para terem acesso à Justiça. A Ação, que foi apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça, Augusto Aras, pretende retirar o direito que hoje têm os defensores públicos

de requisitar documentos e informações em posse de autoridades e da Administração Pública, para utilização na defesa da população pobre assistida pela própria Defensoria.

Logo após o voto do ministro Edson Fachin, Relator da Ação, o Ministro Alexandre de Moraes pediu vista do processo e até a presente data não o devolveu para a continuidade do julgamento.

Sem dúvida, esse pedido feito pelo Sr. Augusto Aras - se acatado pelo Supremo - irá trazer grandes problemas para as pessoas mais pobres, que não possuem condições de contratar um advogado particular para fazer a solicitação de documentos necessários em determinada Ação judicial. O Procurador-Geral de Justiça alega que essa permissão concedida à Defensoria Pública é inconstitucional, uma vez que não é concedida também à advocacia privada.

Esquece o Sr. Augusto Aras,

no entanto, que a Defensoria Pública só atua nas causas das pessoas mais pobres. Para esses, a recusa ou a demora no fornecimento de determinado documento por parte de algum órgão público pode resultar, para aquele que está sendo assistido pela Defensoria, na falta de recursos para a compra de comida ou na falta de um necessário atendimento médico-hospitalar, com o agravamento do seu estado de saúde.

Essa Ação ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, na verdade, é uma grande injustiça e um ato desumano e cruel desferido contra as pessoas carentes que, apesar de carentes, também têm o direito de acesso à Justiça.

Na condição de cidadão brasileiro, alimento a esperança de que os ministros do STF, à unanimidade, acompanhem o voto do Relator, Ministro Edson Fachin, e indefiram esse pedido que atenta contra o legítimo direito de pleno acesso à Justiça pelos mais pobres.

Jefferson Portela recebe medalha “Amigo da Marinha” em cerimônia na Capitania dos Portos

O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, recebeu, na tarde de sexta-feira (19), em cerimônia realizada na Capitania dos Portos, a medalha “Amigos da Marinha”.

Acompanhando do comandante da Polícia Militar, coronel Pedro Ribeiro, o secretário recebeu a comenda das mãos do capitão dos Portos do Maranhão, capitão de Mar e Guerra, Alekson Barbosa, e do presidente do Tribunal Marítimo, vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho. Receberam também a homenagem, o desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, presidente do Tribunal

de Justiça do Maranhão e o advogado Thiago Roberto Moraes Diaz representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Maranhão. A condecoração é realizada anualmente em alusão ao Dia Nacional do Amigo da Marinha, que será comemorado no dia 06 de novembro. A data busca homenagear autoridades civis e militares, além de instituições, que não possuem vínculos com a Marinha, mas que contribuíram fortalecer a instituição. Além da medalha, o secretário recebeu também um diploma com uma menção honrosa pelo trabalho realizado em prol da Marinha.



O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, recebe comenda em cerimônia realizada na Capitania dos Portos